

ACADEMIA DA FORÇA AÉREA

Estudo Técnico Preliminar 28/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 67510.017920/2025-44

2. Descrição da necessidade

2.1. A presente contratação visa à prestação de serviços continuados de limpeza e conservação predial nas instalações da Guarnição de Aeronáutica de Pirassununga (GUARNAE-YS), compreendendo a Academia da Força Aérea (AFA), a Prefeitura de Aeronáutica de Pirassununga (PAYS), o Destacamento de Controle do Espaço Aéreo de Pirassununga (DTCEA-YS), e a Fazenda de Aeronáutica de Pirassununga (FAYS).

2.2. Trata-se de atividade material acessória, instrumental e complementar à missão institucional da Organização Militar, cuja execução indireta encontra respaldo no §7º do art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 1967, que orienta a Administração Pública à descentralização das atividades executivas, sempre que possível, mediante contratação.

2.3. A Academia da Força Aérea constitui estabelecimento de ensino superior militar responsável pela formação dos Oficiais de Carreira da Força Aérea Brasileira, abrigando contingente expressivo de cadetes, além de militares e servidores civis. A preservação de condições adequadas de higiene, salubridade e conservação predial não representa mero requisito estético, mas condição essencial à continuidade das atividades acadêmicas, administrativas e operacionais, bem como à proteção da saúde coletiva e à salvaguarda do patrimônio público.

2.4. No plano administrativo, a Organização Militar não dispõe de quadro funcional próprio apto à execução direta dessas atividades. A realização interna dos serviços, além de estruturalmente inviável, implicaria indevido deslocamento de recursos humanos das funções institucionais finalísticas. Nesse contexto, a Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 2017, ao disciplinar a contratação de serviços sob regime de execução indireta, autoriza expressamente a terceirização de atividades de apoio, conferindo respaldo normativo à descentralização operacional. Tal diretriz permite que o efetivo próprio concentre-se nas atribuições estratégicas da Instituição, promovendo racionalidade na alocação da força de trabalho, eficiência organizacional e adequada distinção entre atividades-meio e atividades-fim.

2.5. No âmbito da governança pública, a contratação deve observar as diretrizes da Lei nº 14.133, de 2021, especialmente quanto ao planejamento prévio, à demonstração inequívoca da necessidade e à seleção da solução mais vantajosa para a Administração. Os serviços de limpeza e conservação caracterizam-se como serviços comuns, cujos padrões de desempenho podem ser objetivamente definidos por especificações usuais de mercado, viabilizando procedimento competitivo apto a assegurar isonomia entre os licitantes, eficiência na contratação e economicidade na aplicação dos recursos públicos.

2.6. Além da continuidade do serviço, impõe-se o aperfeiçoamento do modelo contratual, com base em critérios objetivos de dimensionamento de áreas, produtividade, fornecimento de insumos, controle de frequência e instrumentos de medição de resultado, de modo a mitigar riscos trabalhistas, operacionais e financeiros.

2.7. A inexistência de prestação adequada desses serviços pode ocasionar:

- 2.7.1. deterioração acelerada do patrimônio público;
- 2.7.2. aumento de custos com manutenção corretiva;
- 2.7.3. riscos à saúde dos usuários das instalações;
- 2.7.4. comprometimento das atividades finalísticas da AFA;
- 2.7.5. potencial responsabilização administrativa por falhas de gestão.

2.8. A contratação pretendida, portanto, não constitui mera renovação contratual, mas medida necessária à garantia da continuidade do serviço público essencial, à preservação do patrimônio da União e ao cumprimento da missão institucional da Academia da Força Aérea, observados os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e planejamento.

2.9. Dessa forma, resta evidenciada a necessidade administrativa concreta, atual e devidamente fundamentada para a contratação de serviços continuados de limpeza e conservação, sob regime de execução indireta com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento integral de insumos e equipamentos.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Seção de Licitações	André Jorge Dias de Moura Júnior Cap Int
Seção de Licitações	Robson William Perez 3S QESA
Seção de Licitações	FERNANDO HENRIQUE PAULO 2T QOCON

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. A presente contratação objetiva a seleção de empresa especializada na execução de serviços continuados de limpeza e conservação, sob regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais diurnas, compreendendo o fornecimento integral de materiais, utensílios, equipamentos e insumos necessários à plena execução das atividades.

4.2. A medida revela-se indispensável à preservação da salubridade, higienização e conservação das instalações da Guarnição de Aeronáutica de Pirassununga (GUARNAE-YS), abrangendo AFA, PAYS, FAYS e DTCEA-YS, em consonância com os princípios da legalidade, eficiência e continuidade do serviço público, previstos no art. 37 da Constituição Federal, bem como com as diretrizes de planejamento estabelecidas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

4.3. O serviço possui natureza continuada, por sua essencialidade e permanência, não podendo sofrer solução de continuidade, sob pena de comprometimento da missão institucional das Organizações Militares atendidas.

4.4. A execução dar-se-á de forma indireta, nos termos do §7º do art. 10 do Decreto-Lei nº 200, de 1967, considerando a inexistência de quadro funcional próprio apto à execução direta.

4.5. A contratada deverá organizar técnica e administrativamente os serviços, vedada qualquer forma de subordinação direta entre servidores da Administração e empregados da contratada.

4.6. A execução abrangerá, no mínimo:

4.6.1. Limpeza, conservação e higienização de prédios administrativos, áreas acadêmicas, alojamentos, sanitários, auditórios, corredores, halls, galpões, oficinas, laboratórios e áreas comuns;

4.6.2. Limpeza de esquadrias, fachadas envidraçadas (com e sem risco), conforme classificação técnica;

4.6.3. Serviços periódicos programados, tais como lavagem mecanizada de pisos, tratamento de superfícies, higienização de reservatórios e demais rotinas previstas em cronograma validado pela Administração;

4.6.4. Atendimento diferenciado a setores de maior criticidade operacional, conforme orientação da fiscalização.

4.7. Os serviços deverão observar padronização de rotinas, frequência adequada por tipo de ambiente e registro formal das atividades executadas.

4.8. Serão adotados parâmetros objetivos de produtividade compatíveis com padrões técnicos reconhecidos pela Administração Pública Federal, especialmente aqueles constantes no Anexo VI-B da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017, como referência metodológica. Observa-se que:

4.8.1. Em áreas externas e pisos frios sem obstáculos, verifica-se maior eficiência operacional;

4.8.1. Em áreas internas com mobiliário e circulação intensa, não há ganhos relevantes de produtividade além da faixa técnica de referência;

4.8.2. Será observado o parâmetro técnico de 1 (um) encarregado para cada 25 (vinte e cinco) servidores em áreas internas, assegurando supervisão, controle de qualidade e interlocução eficiente com a fiscalização.

4.8.3. A definição do quantitativo de mão de obra deverá guardar correspondência com a metragem real das áreas e suas especificidades.

4.9. A contratada deverá:

4.9. 1. Disponibilizar empregados devidamente habilitados, uniformizados e identificados;

4.9. 2. Fornecer Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) em conformidade com as normas de segurança do trabalho;

4.9. 3. Substituir imediatamente empregados ausentes, faltosos ou considerados inadequados pela fiscalização;

4.9. 4. Manter sistema de controle eletrônico de frequência;

4.10. A contratada será integralmente responsável pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais decorrentes da execução contratual, nos termos da legislação vigente.

4.11. Quanto a conformidade Legal e Regularidade, exige-se:

- 4.11.1. Manutenção de regularidade fiscal e trabalhista;
- 4.11.2. Cumprimento integral da legislação trabalhista e previdenciária;
- 4.11.3. Observância das normas coletivas aplicáveis à categoria;
- 4.11.4. Apresentação periódica de documentação comprobatória à fiscalização.

4.12. A inadimplência da contratada não transfere automaticamente responsabilidade à Administração, sem prejuízo do dever de fiscalização contratual.

4.13. Compete à contratada o fornecimento integral dos materiais, utensílios e equipamentos, insumos necessários, assegurando:

- 4.13.1. Utilização de produtos regularizados e adequados ao uso profissional;
- 4.13.2. Emprego de equipamentos compatíveis com a natureza das áreas atendidas;
- 4.13.3. Substituição imediata de materiais inadequados, vencidos ou defeituosos;
- 4.13.4. Dimensionamento adequado do estoque para evitar descontinuidade.

4.14. Em conformidade com o art. 5º da Lei nº 14.133/2021 e com a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), a contratada deverá proceder quanto à sustentabilidade e responsabilidade socioambiental:

- 4.14.1. Racionalizar o consumo de água e energia elétrica;
- 4.14.2. Substituir substâncias potencialmente nocivas por alternativas menos agressivas;
- 4.14.3. Realizar adequada segregação e acondicionamento de resíduos;
- 4.14.4. Garantir destinação ambientalmente adequada de resíduos especiais, como lâmpadas, pilhas, baterias e aerossóis;
- 4.14.5. Promover treinamento interno voltado à redução de desperdícios e boas práticas ambientais;
- 4.14.6. Adotar medidas que minimizem impactos ambientais decorrentes da execução contratual.

4.15. A execução contratual deverá observar padrões éticos e legais, compreendendo condutas éticas e restrições:

- 4.15.1. Respeito aos deveres de disciplina, urbanidade e sigilo;
- 4.15.2. Proibição de práticas que configurem conflito de interesses;
- 4.15.3. Observância das normas internas de segurança das Organizações Militares.

4.16. A contratada deverá atender tempestivamente às determinações de fiscalização e controle dos fiscais designados, mantendo:

- 4.16.1. Livro ou sistema formal de registro de ocorrências;
- 4.16.2. Relatórios periódicos de execução;
- 4.16.3. Transparência no controle de jornada e substituições.
- 4.16.4. A fiscalização será exercida por servidores formalmente designados, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.17. Os requisitos ora definidos demonstram-se adequados, proporcionais e necessários ao atendimento da demanda institucional da GUARNAE-YS, alinhando-se às boas práticas administrativas, à legislação vigente e aos princípios constitucionais que regem a Administração Pública.

4.18. A estrutura proposta assegura:

- 4.18.1. Continuidade do serviço público;
- 4.18.2. Preservação do patrimônio da União;
- 4.18.3. Mitigação de riscos trabalhistas e operacionais;

4.18.4. Racionalidade na alocação de recursos;

4.18.1. Observância do desenvolvimento sustentável.

Trata-se, portanto, de medida necessária, legítima e tecnicamente fundamentada para assegurar condições adequadas de funcionamento das Organizações Militares atendidas.

5. Levantamento de Mercado

5.1. O levantamento de mercado relativo à contratação de serviços continuados de limpeza e conservação, objeto do presente Estudo Técnico Preliminar, foi realizado em conformidade com as diretrizes estabelecidas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, especialmente quanto ao dever de planejamento, à busca da solução mais vantajosa e à observância dos princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

5.2 A análise teve por finalidade identificar soluções disponíveis no mercado que se mostrassem juridicamente regulares, tecnicamente exequíveis e economicamente compatíveis com as necessidades específicas da Guarnição de Aeronáutica de Pirassununga (GUARNAE-YS), abrangendo AFA, PAYS, FAYS e DTCEA-YS.

5.3 Foram examinados modelos amplamente adotados na Administração Pública Federal, bem como práticas consolidadas em contratações similares promovidas por outras Organizações Militares e órgãos públicos, sobretudo. Soluções Identificadas no Mercado:

5.3.1. **Terceirização com dedicação exclusiva de mão de obra.** Trata-se do modelo mais consolidado e amplamente adotado pela Administração Pública para serviços continuados de limpeza e conservação. Nesse formato:

5.3.1.1. A empresa contratada disponibiliza quantitativo previamente definido de profissionais;

5.3.1.2. A jornada de trabalho é estabelecida conforme parâmetros técnicos;

5.3.1.3. O controle contratual é estruturado por meio de planilhas de custos e instrumentos formais de medição de resultados;

5.3.1.4. O fornecimento de materiais pode ser integral ou parcial, conforme definição do Termo de Referência.

5.3.1.5. O modelo favorece a governança e a transparência, na medida em que a estrutura de custos é previamente discriminada, permitindo controle sobre encargos trabalhistas, insumos e produtividade. Além disso, alinha-se ao princípio da continuidade do serviço público, assegurando presença permanente da força de trabalho necessária à manutenção das condições de higiene e conservação.

5.3.2. **Contratação por empreitada global.** Nesse modelo, transfere-se à contratada a responsabilidade pela definição dos meios de execução, cabendo à Administração exigir apenas o resultado final. Embora juridicamente possível, a solução não se mostra adequada à realidade da GUARNAE-YS, que demanda:

5.3.2.1. Acompanhamento contínuo;

5.3.2.2. Controle permanente de quantitativo de pessoal;

5.3.2.3. Supervisão rigorosa em ambientes de alta criticidade operacional;

5.3.2.4. Manutenção diária de padrões de salubridade.

5.3.2.5. A natureza estratégica das unidades atendidas, especialmente em ambiente militar e operacional, exige controle mais estruturado da força de trabalho e da rotina de execução, o que reduz a aderência desse modelo ao interesse público.

5.3.3. **Contratação por área (m²) ou por posto de trabalho.** Essa modalidade utiliza parâmetros objetivos de mensuração, como metro quadrado de área a ser limpa ou número de postos de trabalho. Pode ocorrer sob três formas:

5.3.3.1. Prestação com fornecimento integral de insumos pela contratada;

5.3.3.2. Prestação com fornecimento parcial de insumos;

5.3.3.3. Prestação sem fornecimento de insumos, cabendo à Administração adquiri-los separadamente.

5.4. As duas primeiras modalidades podem ser viáveis, desde que adequadamente parametrizadas e acompanhadas de controle técnico rigoroso. Contudo, a terceira hipótese, sem fornecimento de insumos, mostra-se desaconselhável, pois:

5.4.1. Fragmenta aquisições;

5.4.2. Compromete a economicidade;

5.4.3. Amplia o risco de desabastecimento;

5.4.5. Dificulta a responsabilização contratual integrada.

5.5.1. A inexistência de quadro funcional próprio apto à execução direta;

5.5.3. A necessidade de planejamento prévio e definição da solução mais vantajosa, conforme a Lei nº 14.133/2021;

5.5.4. A realidade operacional da GUARNAE-YS, que demanda presença contínua, padronização e supervisão constante.

5.7. Empresas especializadas no setor possuem estrutura técnica, operacional e administrativa compatível com as exigências do objeto, evidenciando competitividade e viabilidade econômica da contratação.

5.9. Após análise técnica das alternativas, conclui-se que a solução mais aderente ao interesse público consiste na contratação indireta, sob regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento integral de insumos. Tal modelo:

5.9.1. Assegura previsibilidade orçamentária;

5.9.2. Favorece a governança e a rastreabilidade de custos;

5.9.3. Permite controle objetivo de produtividade;

5.9.4. Reduz riscos de litígios e glosas contratuais;

5.9.5. Garante continuidade operacional;

5.9.6. Preserva a salubridade e a disciplina em ambiente militar.

5.10. Além disso, trata-se de solução amplamente adotada pela Administração Pública Federal, compatível com as diretrizes de planejamento e eficiência previstas na Lei nº 14.133/2021.

5.11. A adoção desse modelo resguarda não apenas a continuidade e a qualidade dos serviços essenciais, mas também a boa governança, a transparência administrativa e a correta alocação de recursos públicos, em plena conformidade com os princípios constitucionais que regem a Administração Pública.

5.12. À luz das alternativas avaliadas, o levantamento de mercado evidencia que a terceirização em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento integral de insumos, constitui a opção que melhor concilia:

5.12.1. Regularidade jurídica;

5.12.1. Economicidade;

5.12.1. Efetividade operacional;

5.12.1. Segurança administrativa;

5.12.1. Continuidade do serviço público.

5.13. Trata-se de solução proporcional, adequada e tecnicamente justificada para atender às necessidades permanentes da GUARNAE-YS, assegurando padrões elevados de higienização, conservação patrimonial e eficiência administrativa.

6.1. A solução concebida para a contratação dos serviços continuados de limpeza e conservação das instalações da Guarnição de Aeronáutica de Pirassununga (GUARNAE-YS), compreendendo AFA, PAYS, FAYS e DTCEA-YS, estrutura-se no modelo de execução indireta, sob regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento integral de insumos, materiais, equipamentos e utensílios necessários à adequada execução contratual.

- 7.3.1.1.3. Áreas acadêmicas;
- 7.3.1.1.4. Sanitários e áreas de salubridade;
- 7.3.1.1.5. Corredores, halls e salões;
- 7.3.1.1.6. Refeitórios e áreas de apoio;
- 7.3.1.1.7. Alojamentos;
- 7.3.1.1.8. Galpões, oficinas e laboratórios;
- 7.3.1.1.9. Áreas externas e fachadas.

7.3.1.2. Para garantir precisão e participação das unidades usuárias, foi disponibilizada planilha técnica padronizada aos setores demandantes, na qual cada unidade informou:

- 7.3.1.2.1. As metragens existentes sob sua responsabilidade;
- 7.3.1.2.2. A classificação da área conforme tipologia prevista na Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5/2017;
- 7.3.1.2.3. As peculiaridades operacionais relevantes.

7.3.1.3. As áreas foram inseridas em coluna específica indicando o tipo de área correspondente (piso frio, sanitários, galpões, laboratórios, esquadrias com ou sem risco, áreas com periculosidade etc.), permitindo a correta aplicação dos parâmetros normativos de produtividade.

7.3.2. Definição da jornada de trabalho.

7.3.2.1. A jornada foi fixada em 44 (quarenta e quatro) horas semanais diurnas para os postos de serventes, conforme prática consolidada na Administração Pública Federal para serviços continuados dessa natureza. Tal definição assegura:

- 7.3.2.1.1. Uniformidade contratual;
- 7.3.2.1.2. Previsibilidade de custos;
- 7.3.2.1.3. Compatibilidade com parâmetros de produtividade reconhecidos;
- 7.3.2.1.4. Adequação às rotinas operacionais das Organizações Militares atendidas.

7.3.3. Mensuração técnica das áreas.

7.3.3.1. A mensuração das áreas foi realizada com base:

- 7.3.3.1.1. No contrato vigente;
- 7.3.3.1.2. Em levantamentos físicos in loco;
- 7.3.3.1.3. Em registros patrimoniais e plantas disponíveis;
- 7.3.3.1.4. Nas informações consolidadas pelos setores demandantes.

7.3.3.2. Foram consideradas as características estruturais e o perfil de utilização de cada ambiente, especialmente no que se refere a:

- 7.3.3.2.1. Intensidade de circulação;
- 7.3.3.2.1. Presença de mobiliário fixo;
- 7.3.3.2.1. Grau de criticidade sanitária;
- 7.3.3.2.1. Existência de periculosidade ou risco operacional.

7.3.3.3. O resultado consolidado corresponde à metragem total técnica apurada e serviu como base objetiva para o cálculo da força de trabalho necessária.

7.3.4. Aplicação dos parâmetros de produtividade.

7.3.4.1. O quantitativo de serventes foi definido mediante aplicação dos índices de produtividade previstos na Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5/2017, adotados como referência técnica pela Administração Pública Federal. A metodologia consistiu em:

- 7.3.4.1.1. Classificação das áreas por tipologia;
- 7.3.4.1.2. Aplicação do índice de produtividade correspondente a cada tipo;
- 7.3.4.1.3. Cálculo do quantitativo estimado de serventes;
- 7.3.4.1.4. Consolidação geral por unidade apoiada.
- 7.3.4.1.5. A adoção de parâmetros normativos uniformes assegura:
- 7.3.4.1.6. Objetividade no dimensionamento;
- 7.3.4.1.7. Isonomia entre licitantes;
- 7.3.4.1.8. Redução de subjetividade na definição de quantitativos;
- 7.3.4.1.9. Maior segurança jurídica perante órgãos de controle.

7.3.5. Dimensionamento de supervisão.

7.3.5.1. Além do quantitativo de serventes, foi considerada a necessidade de supervisão técnica, adotando-se a proporção de 1 (um) encarregado para cada 25 (vinte e cinco) serventes em áreas internas, garantindo:

- 7.3.5.1.1. Controle de produtividade;
- 7.3.5.1.2. Cumprimento das rotinas;
- 7.3.5.1.3. Comunicação eficiente com a fiscalização;
- 7.3.5.1.4. Mitigação de riscos operacionais.

7.3.6. Estimativa de materiais e equipamentos.

7.3.6.1. As quantidades de materiais e equipamentos foram definidas com base em:

- 7.3.6.1.1. Experiência acumulada em contratações anteriores;
- 7.3.6.1.2. Histórico de consumo;
- 7.3.6.1.3. Frequência de limpeza por tipo de área;
- 7.3.6.1.4. Evolução tecnológica disponível no mercado.

7.3.6.2. A definição buscou compatibilizar eficiência operacional e economicidade, evitando tanto o subdimensionamento quanto o excesso de insumos.

7.3.7. Consolidação da pesquisa de preços e da memória de cálculo.

7.3.7.1. A pesquisa de preços foi realizada de forma a assegurar compatibilidade com a realidade de mercado, observando o princípio da economicidade e as diretrizes da Lei nº 14.133/2021. Foram utilizadas fontes oficiais e bases públicas de referência, assegurando:

- 7.3.7.1.1. Rastreabilidade dos valores estimados;
- 7.3.7.1.2. Transparência metodológica;
- 7.3.7.1.3. Compatibilidade com contratações similares.

7.3.7.2. A memória de cálculo encontra-se formalmente documentada em planilhas técnicas anexadas ao Processo Administrativo, contendo:

- 7.3.7.2.1. Identificação da unidade;
- 7.3.7.2.2. Tipo de área;
- 7.3.7.2.3. Metragem apurada;
- 7.3.7.2.4. Consolidação global por unidade e por tipologia.

7.3.7.3. Tal sistemática permite plena auditoria dos dados e assegura integridade metodológica ao dimensionamento realizado.

7.4. À luz dos critérios adotados, constata-se que a estimativa das quantidades foi conduzida com base em metodologia objetiva, transparente e normativamente fundamentada, atendendo às exigências de planejamento e racionalidade administrativa previstas na Lei nº 14.133/2021. O dimensionamento realizado:

7.4.1. Guarda correspondência com a metragem efetiva das áreas;

7.4.2. Observa parâmetros técnicos reconhecidos;

7.4.3. Mitiga riscos de subdimensionamento ou desperdício;

7.4.4. Confere segurança jurídica à contratação.

7.5. Trata-se, portanto, de estimativa tecnicamente adequada, proporcional e alinhada às boas práticas de governança pública.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 4.122.546,95

Tipo de Área	Área física m²	Valor do metro quadrado (R\$/m2)	Valor mensal estimado (R\$) MÍNIMO	Valor total anual estimado (R\$) MÍNIMO	PRODUTIVIDADE MÁXIMA
Almoxarifados/Galpões	1.241,19	R\$ 1,94	R\$ 2.408,00	28.896,00	2500
Áreas com espaços livres – Oficinas	1577,91	R\$ 2,69	R\$ 4.251,75	51.021,02	1800
Áreas com espaços livres - saguão, hall e salão	3.116,85	R\$ 3,23	R\$ 10.078,20	120.938,36	1500
Pisos Frios	47.887,50	R\$ 4,04	R\$ 193.552,65	2.322.631,79	1200
Pisos Acarpetados	3.274,90	R\$ 4,04	R\$ 13.236,56	158.838,67	1200
Pisos pavimentados adjacentes /contíguos às edificações	25.135,79	R\$ 1,80	R\$ 45.153,04	541.836,46	2700
Pátios e áreas verdes	8.030,55	R\$ 1,80	R\$ 14.425,79	173.109,53	2700
Varrição de passeios e arruamentos	14,38	R\$ 0,59	R\$ 8,41	100,98	9000
Esquadrias Externas (Face interna)	4.460,92	R\$ 0,71	R\$ 3.161,89	37.942,73	8966,1
Esquadrias Externas (Face externa)	1.345,19	R\$ 0,71	R\$ 953,47	11.441,63	8966,1
Fachadas Envidraçadas	294,16	R\$ 2,35	R\$ 689,84	8.278,07	3775,2
Banheiros	7.280,84	R\$ 7,64	R\$ 55.625,98	667.511,72	800
		R\$ 31,53	R\$ 343.545,58	4.122.546,95	

Pela natureza desta contratação, considera-se o estimado acima conforme detalhamento na planilha de composição de custos e preços, nos termos do que preconiza a Instrução Normativa nº 5/2017, em particular, mas não exclusivamente, em seu anexo VI-B. Essa estimativa, não obstante, utilizou como referência para a produtividade das áreas de "banheiros" o registro histórico de produtividade e estudos anteriores, de modo a subsidiar produtividade compatível com a experiência executada na GUARNAE-YS. As demais, destacam-se, são as produtividades máximas previstas na Instrução, cujo resultado é o valor mínimo possível dentro da legalidade, exceto quando há comprovação em sentido contrário de aumento da produtividade.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 A análise acerca da viabilidade de parcelamento da contratação dos serviços continuados de limpeza e conservação destinados às instalações da Guarnição de Aeronáutica de Pirassununga (GUARNAE-YS), compreendendo AFA, PAYS, FAYS e DTCEA-YS, foi conduzida em estrita observância ao disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, notadamente ao art. 40, §3º, que impõe à Administração o dever de avaliar o fracionamento do objeto sempre que técnica e economicamente viável, vedando-o quando resultar em prejuízo ao conjunto da solução ou à sua funcionalidade.

9.2 Após criteriosa avaliação técnica e administrativa, concluiu-se que o parcelamento do objeto não se mostra vantajoso nem funcional, configurando risco à economicidade, à padronização operacional e à governança contratual.

9.3. Os serviços de limpeza e conservação, executados sob regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento integral de materiais, insumos e equipamentos, possuem natureza intrinsecamente homogênea, contínua e funcionalmente integrada. A execução fragmentada em múltiplos contratos comprometeria:

9.3.1. A uniformidade dos padrões operacionais;

9.3.2. A coerência das rotinas de higienização;

9.3.3. A integração entre mão de obra e insumos;

9.3.4. A responsabilização clara quanto aos resultados esperados.

9.4. Considerando que a solução concebida envolve dimensionamento integrado de áreas, aplicação uniforme de índices de produtividade e fornecimento articulado de insumos, o fracionamento desestruturaria a lógica sistêmica do modelo adotado.

9.5. A centralização do objeto em contrato único permite a obtenção de economias de escala, especialmente quanto:

9.5.1. À aquisição e fornecimento de materiais;

9.5.2. À logística de distribuição de insumos;

9.5.3. À organização da força de trabalho:

9.5.4. À supervisão técnica e operacional.

9.6. Por outro lado, o parcelamento implicaria:

9.6.1. Celebração de múltiplos contratos simultâneos;

9.6.2. Maior dispêndio de recursos administrativos com fiscalização;

9.6.3. Ampliação da carga operacional da equipe gestora;

9.6.4. Potencial inconsistência no planejamento orçamentário.

9.7. Tal cenário afrontaria o princípio da eficiência previsto no art. 37, caput, da Constituição Federal, ao elevar custos administrativos e reduzir a racionalidade da gestão.

9.8. A contratação integral favorece a padronização de procedimentos, insumos, equipamentos e rotinas de execução, assegurando homogeneidade na prestação dos serviços em todas as instalações da GUARNAE-YS. O parcelamento poderia resultar em:

9.8.1. Divergência de metodologias de execução;

9.8.2. Utilização de insumos com especificações distintas;

9.8.3. Desnível nos padrões de higienização e salubridade;

9.8.4. Dificuldade de alinhamento técnico entre diferentes prestadores.

9.9. Em ambiente militar, que demanda disciplina, uniformidade e rigor operacional, tais inconsistências seriam incompatíveis com o interesse público e com a natureza estratégica das unidades atendidas.

9.10. A atribuição do objeto a um único contratado fortalece a governança e a responsabilização, permitindo:

9.10.1. Clara definição de obrigações:

9.10.2. Aplicação uniforme de instrumentos de medição de resultados;

9.10.3. Maior efetividade na aplicação de sanções;

9.10.4. Agilidade na apuração e correção de falhas.

9.11. No caso de parcelamento, a responsabilidade técnica seria diluída entre diversos prestadores, dificultando:

9.11.1. A identificação de falhas;

9.11.2. A atribuição de responsabilidades;

9.11.3. A adoção de medidas corretivas tempestivas.

11.6.3. Integração entre planejamento e execução;

11.7. A demanda de limpeza e conservação classifica-se como necessidade recorrente e essencial ao funcionamento regular das unidades, possuindo natureza permanente e previsível, circunstância que reforça sua adequação ao ciclo regular de planejamento institucional.

11.8.1. As dotações consignadas para manutenção administrativa;

11.8.2. A previsão de despesas de custeio necessárias ao funcionamento das unidades;

11.8.3. A programação financeira do exercício correspondente.

11.9. Não se trata, portanto, de despesa extraordinária ou imprevisível, mas de obrigação administrativa contínua e necessária ao funcionamento regular da instituição.

11.10. O processo de planejamento da contratação observou fases estruturadas, compreendendo:

11.10.1. Identificação e captação da demanda pelos setores usuários;

11.10.2. Consolidação técnica das informações;

11.10.3. Análise crítica e validação pela área de planejamento;

11.10.4. Inserção formal no Plano Anual de Contratações:

11.10.5. Elaboração do Estudo Técnico Preliminar;

11.10.6. Encaminhamento para fase de instrução do processo licitatório.

11.11. Tal encadeamento demonstra aderência às boas práticas de governança pública, com clara definição de responsabilidades e segregação de funções.

11.12. O alinhamento da contratação ao planejamento institucional concretiza os princípios constitucionais previstos no art. 37 da Constituição Federal, especialmente:

11.12.1. Legalidade, ao observar o rito e as normas vigentes;

11.12.2. Eficiência, ao evitar improvisações e descontinuidades;

11.12.3. Economicidade, ao permitir previsibilidade e racionalização de recursos;

11.12.4. Transparência, ao registrar formalmente a demanda no PCA.

11.13. A ausência de planejamento adequado poderia acarretar riscos de descontinuidade do serviço, comprometimento da salubridade das instalações e fragilização da gestão contratual.

11.14. À luz dos elementos apresentados, verifica-se que a contratação encontra-se plenamente alinhada ao planejamento institucional da AFA, estando:

11.14.1. Registrada no Plano Anual de Contratações:

11.14.2. Inserida nas diretrizes do Programa de Trabalho Anual (PTA 2026);

11.14.3. Compatível com o ciclo orçamentário;

11.14.4. Estruturada conforme as exigências da Lei nº 14.133/2021.

11.15 O planejamento prévio e formalmente documentado confere legitimidade, previsibilidade e segurança jurídica ao processo, demonstrando aderência às boas práticas administrativas e aos princípios constitucionais que regem a Administração Pública.

12.13. Os benefícios decorrentes da contratação transcendem a mera execução de serviços auxiliares. Projetam-se como ganhos institucionais estratégicos, que abrangem:

12.13.1. Saúde e segurança ocupacional;

12.13.2. Apoio contínuo às atividades finalísticas;

12.13.3. Eficiência administrativa e racionalidade do gasto;

12.13.4. Preservação do patrimônio público;

12.13.5. Fortalecimento da governança;

12.13.6. Valorização da imagem institucional.

12.14. A contratação materializa, portanto, os fundamentos da boa administração pública, assegurando que a GUARNAE-YS atue de forma planejada, íntegra e orientada ao interesse público primário.

12.15. À vista do exposto, constata-se que os benefícios a serem alcançados com a contratação são amplos, estruturantes e alinhados às finalidades institucionais da GUARNAE-YS.

12.16. A solução proposta não apenas garante a continuidade e a qualidade dos serviços auxiliares indispensáveis, como também fortalece a eficiência administrativa, a economicidade do gasto público e a segurança jurídica do processo, em plena aderência às normas constitucionais e à Lei nº 14.133/2021.

13. Providências a serem Adotadas

13.1 Em estrita observância à Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, especialmente quanto à fase de planejamento da contratação e à adequada instrução processual, a formalização dos serviços continuados de limpeza e conservação no âmbito da Guarnição de Aeronáutica de Pirassununga (GUARNAE-YS) deverá ser precedida da adoção de providências administrativas estruturadas, destinadas a assegurar governança, mitigação de riscos e plena aderência ao interesse público.

13.2. As medidas abaixo delineadas constituem condição essencial para a regularidade e eficiência da execução contratual.

13.2.1. Definição Técnica e Detalhada do Objeto.

13.2.1.1. A Administração assegura a elaboração de Termo de Referência com especificação técnica minuciosa, contemplando:

13.2.1.1.1. Prestação dos serviços sob regime de dedicação exclusiva de mão de obra:

13.2.1.1.2. Fornecimento integral de insumos, materiais, utensílios e equipamentos necessários à execução;

13.2.1.1.3. Definição clara de rotinas, periodicidades e padrões mínimos de desempenho;

13.2.1.1.4. Estabelecimento de critérios objetivos de medição e fiscalização.

13.2.1.2. A precisão na descrição do objeto previne ambiguidades, reduz riscos de controvérsias interpretativas e fortalece a segurança jurídica do ajuste, atendendo ao dever de planejamento previsto na Lei nº 14.133/2021.

13.2.2. Adequação da Infraestrutura de Apoio.

13.2.2.1. Antes do início da execução contratual, as Organizações Militares contempladas deverão providenciar:

13.2.2.1.1. Disponibilização de local adequado para guarda de materiais, utensílios e equipamentos;

13.2.2.1.2. Disponibilização de espaço para instalação de armários individuais dos empregados;

13.2.2.1.3. Local apropriado para armazenamento de insumos e kits de diluição;

13.2.2.1.4. Pontos de água e energia necessários à operação;

13.2.2.1.5. Acesso controlado às dependências conforme Plano de Limpeza e Quadro de Trabalho.

13.2.2.2. A infraestrutura deverá estar regularizada e apta ao uso antes da data de início da execução contratual, sob responsabilidade da área logística competente.

13.2.3. Organização dos Ambientes e Preparação para Início da Execução.

13.3. As providências elencadas demonstram que a contratação será precedida de preparação administrativa adequada, estruturada e compatível com as exigências da Lei nº 14.133/2021. A adoção dessas medidas:

- 13.3.1. Reduz riscos de falhas na execução;
- 13.3.2. Fortalece a governança contratual;
- 13.3.3. Assegura regularidade jurídica;
- 13.3.4. Promove eficiência administrativa;
- 13.3.5. Resguarda o interesse público.

13.4. Trata-se de providências indispensáveis à implementação segura, eficiente e transparente da solução proposta para os serviços de limpeza e conservação no âmbito da GUARNAE-YS.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Em observância ao art. 225 da Constituição Federal, que impõe ao Poder Público e à coletividade o dever de defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações, revela-se imprescindível a avaliação prévia dos impactos ambientais decorrentes da execução dos serviços continuados de limpeza e conservação no âmbito da Guarnição de Aeronáutica de Pirassununga (GUARNAE-YS).

14.2. A análise preventiva dos impactos constitui medida de governança ambiental, compatível com os princípios da prevenção, da responsabilidade e da eficiência administrativa, além de assegurar conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010).

14.3. A execução dos serviços implicará, de forma inerente, a geração de resíduos sólidos e líquidos, tais como:

- 14.3.1. Embalagens de produtos de limpeza;
- 14.3.2. Panos e materiais descartáveis;
- 14.3.3. Recipientes plásticos;
- 14.3.4. Resíduos recicláveis provenientes das rotinas administrativas;
- 14.3.5. Efluentes líquidos decorrentes do uso de soluções de higienização.
- 14.3.6. O manejo inadequado desses resíduos pode ocasionar:
- 14.3.7. Contaminação do solo e da água;
- 14.3.8. Proliferação de vetores;
- 14.3.9. Riscos à saúde ocupacional;
- 14.3.10. Infrações administrativas e ambientais.

14.4. Medidas Mitigadoras Obrigatórias. A contratada deverá observar, de forma estrita, a ordem de prioridade estabelecida no art. 9º da Lei nº 12.305/2010, qual seja:

- 14.4.1. Não geração;
- 14.4.2. Redução;
- 14.4.3. Reutilização;
- 14.4.4. Reciclagem;
- 14.4.5. Tratamento dos resíduos sólidos;
- 14.4.6. Disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

14.5. Além disso, deverão ser adotadas as seguintes providências:

- 14.5.2. Segregação adequada de resíduos recicláveis e não recicláveis;

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Declara-se viável pelos elementos expostos neste Estudo Técnico.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ROBSON WILLIAM OLIVA PEREZ

Membro da Comissão de Planejamento

FERNANDO HENRIQUE PAULO

Membro da Comissão de Planejamento

ANDRE JORGE DIAS DE MOURA JUNIOR

Presidente da Comissão de Planejamento

WELLINGTON MARCELO FERNANDES

Ordenador de Despesas Delegado da AFA



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	Estudo Técnico Preliminar 028/2026
Data/Hora de Criação:	22/04/2026 17:35:26
Páginas do Documento:	19
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	20
Hash MD5:	4e0dfd6e6ef228971d4d7ca52f6ee6e6
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap ANDRE JORGE DIAS DE MOURA JUNIOR no dia 22/04/2026 às 17:16:52 no horário oficial de Brasília.



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	Anexo XIII do TR - Estudo Tecnico Preliminar
Data/Hora de Criação:	30/04/2026 13:20:56
Páginas do Documento:	20
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	21
Hash MD5:	fadf764a5873d0912510f9d68bdce69b
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cel WELLINGTON MARCELO FERNANDES no dia 30/04/2026 às 15:10:21 no horário oficial de Brasília.